

Recebido em: 02.08.24
Aprovado em: 15.10.24

Letícia Sabbatini Malta Amaral da Silva

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense (PPGCOM-UFF). Pesquisadora do Laboratório de Comunicação, Culturas Políticas e Economia da Colaboração (coLAB/UFF) e da Escola de Comunicação, Mídia e Informação da Fundação Getúlio Vargas (FGV Comunicação Rio).

E-mail: leticiasabbatini-malta@gmail.com

Viktor Chagas

Professor associado do Departamento de Estudos Culturais e Mídia e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense (PPGCOM-UFF). É bolsista de produtividade em pesquisa (PQ-2) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e bolsista Jovem Cientista do Nosso Estado da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj).

E-mail: viktor@midia.uff.br

Estudos em Jornalismo e Mídia
v. 21, n. 1, jan./jun. 2024
ISSNe 1984-6924

Trajetórias interrompidas, insultos dissimulados: a violência política de gênero online

Letícia Sabbatini Malta Amaral da Silva

Viktor Chagas

Resumo:

O objetivo deste artigo é analisar as manifestações da violência política de gênero em plataformas digitais. Acionando a literatura sobre violência generificada e trazendo contribuições da comunicação política, o estudo discute as ofensas direcionadas a mulheres parlamentares e a relação dessas agressões com o cenário de polarização política, observando também os repertórios discursivos e tecnológicos dessa violência. A pesquisa parte de uma base com mais de 4 milhões de menções a parlamentares mulheres no *X/Twitter*, *Facebook*, *Instagram* e *YouTube*. Em seguida, empreendeu-se um estudo de caso comparativo nas redes de duas parlamentares. Argumenta-se que embora a violência online seja vista como menos perniciosa, ela pode operar como elemento de sustentação para formas mais danosas. Conclui-se também que há um conjunto de estratégias acionadas como modo de dissimular os ataques, incluindo o uso do humor, contribuindo para um certo processo de normalização da violência.

Palavras-chave: Violência política de gênero. Plataformas digitais. Mulheres na política.

Interrupted trajectories, deceitful insults: online gender political violence

Abstract:

This article aims to analyze the manifestations of gender political violence on digital platforms. Anchored on gendered violence literature and political communication literature as well, the study discusses the offenses directed at women MPs and the relationship between these attacks and the scenario of political polarization, also observing the discursive and technological repertoires of this violence. The research is based on a database with more than four million mentions of female parliamentarians on *X/Twitter*, *Facebook*, *Instagram*, and *YouTube*. Then, a comparative case study of two MPs was conducted. In this study, we argue that, although online violence is seen as less harmful, it can operate as a support element for more harmful forms of violence. We also conclude that there is a set of strategies used as a way of concealing the attacks, including the usage of humor, and such strategies contribute to a process of normalization of gender-based political violence.

Keywords: Gender political violence. Digital Platforms. Women in politics.

1. Introdução

A violência política de gênero é uma agenda proeminente não apenas entre os estudos feministas, mas, de modo geral, em todo o campo da participação política. No âmbito nacional, o tema vem ganhando atenção em campanhas de conscientização promovidas pelo Tribunal Superior Eleitoral e Ministério Público Federal, pela Câmara dos Deputados em parceria com a Secretaria da Mulher, e em projetos legislativos na Câmara, no Senado e em assembleias estaduais. No meio científico, estudos têm apontado para a necessidade de desdobrar essa agenda em debates em torno de como a violência se constitui como um obstáculo à participação de mulheres na política e, por consequência, a uma democracia mais representativa (Krook, Sanín, 2016), de como a própria desigualdade de gênero contribui para o incremento da violência política (Mcdermott, 2020) e até de quais as relações entre a violência política de gênero e o populismo (Piazza, 2024). Estas diferentes abordagens convergem no sentido de reconhecer o problema como uma ameaça em dimensão coletiva (Sobieraj, 2020), na medida em que geram mais custos à participação feminina (Håkansson, 2021) e alteram a forma, a natureza e o conteúdo da própria política (Bardall *et al.*, 2020).

A visibilidade crescente da pauta tem gerado uma produção contínua de dados a respeito da violência contra a mulher na política, mas a prevalência desses estudos não exime a existência de lacunas ainda persistentes na compreensão do fenômeno. Alguns dos aspectos complexos a serem observados estão nas múltiplas roupagens da violência política de gênero, nas diferenças entre a violência praticada no ambiente online e que tem nas plataformas digitais um elemento de mediação (Sabbatini *et al.*, 2023) e nos seus modos de articulação junto a um cenário de polarização política (Piazza, 2024). Em todos os casos, esta expressão de violência pode atuar como um fator que não apenas diminui as chances eleitorais de mulheres na política, mas cria obstáculos à sua própria permanência no campo.

Em vista desses pontos, o presente estudo analisa como a violência política de gênero se manifesta nas plataformas digitais e como o contexto de polarização entre esquerda e direita, no cenário brasileiro, contribui para a exacerbação desses discursos violentos. O artigo está estruturado em quatro seções, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira, apresenta-se uma revisão de literatura sobre os estudos em torno da violência política generificada. Em seguida, desenha-se metodologicamente a pesquisa, considerando o desenvolvimento empírico em dois momentos: uma abordagem quantitativa, a partir da coleta de mais de 4 milhões de mensagens únicas com menções a deputadas federais e senadoras da 56ª legislatura em quatro plataformas; e um estudo de caso de ordem qualitativa sobre o perfil de duas parlamentares integrantes da 57ª legislatura, a partir de técnicas de observação não-participante em três plataformas. As seções convergem para algumas conclusões iniciais, no que diz respeito à maneira como a violência política de gênero perpetrada por meio das plataformas digitais assume uma roupagem frequentemente dissimulada e de como a polarização política contribui para o modo como esta violência é exercida.

No meio do caminho, a violência política de gênero

A violência política é entendida por Mouffe (2013) como uma expressão extrema do conflito. Quando os oponentes passam a se reconhecer como inimigos e os canais institucionais não são suficientes para abrandar o conflito, a violência é acionada em suas diversas manifestações para atacar o outro. No caso da violência política de gênero, nota-se uma evocação da violência como forma de subordinar as vítimas a um lugar de desigualdade previamente determinado.

A violência política de gênero carrega semelhanças com crimes de ódio, sobretudo ao mobilizar estereótipos misóginos. Além dos ataques às ideias da vítima, há ofensas à sua identidade, existência e dignidade, o que produz um fenômeno interseccional e coletivo (Sobieraj, 2020). Além disso, é ainda uma violência de caráter multidimensional, isto é, não está restrita a danos físicos e é composta por um *continuum* de atos violentos (Dekeseredy, 2000; Biroli, 2016). Krook e Sanín (2016) destacam que não apenas a violência física e a psicológica, mas também a violência econômica e simbólica estão presentes entre os casos relatados, sobretudo na América Latina.

No caso brasileiro, estudos apontam que a generificação da violência política exprime um teor de controle que serve para afastar um "novo inimigo", isto é, a mulher, da vida pública, promovendo a constante manutenção deste afastamento (Silva, 2021). Biroli (2016) acrescenta ainda que tais manifestações constituem reações aos avanços da agenda feminista no país e às mudanças referentes aos espaços que as mulheres ocuparam na política mais recentemente, por exemplo, com a eleição da primeira mulher para a Presidência da República.

Tal caráter de reação se apresenta como uma estratégia para restabelecer ou manter o poder e a dominância de um determinado grupo (Mansbridge, Shames, 2008) e tem sido incorporado como uma das agendas mais destacadas do populismo autoritário na última década (Norris, Inglehart, 2019). A relação entre violência e poder não se dá apenas pelo uso da força física, mas, sobretudo, pela capacidade que o grupo em questão tem de exercer o seu poder. A reação ocorre, portanto, quando esse grupo entende que o seu poder, enquanto capacidade de exercer uma ação, está ameaçado pela mobilização de outro grupo, procurando então freá-lo (Mansbridge, Shames, 2008). Assim, a exclusão das mulheres da vida pública é condição e consequência para o *modus operandi* da política: um espaço majoritariamente masculino e que pretende continuar assim (Pateman, 1988).

A violência política de gênero está diretamente relacionada à misoginia, descrita por Manne (2019) como um sistema que vigia e mantém a dominância masculina. Tal sistema carrega duas dimensões: uma, que normaliza a subordinação feminina e a desigualdade de gênero, e outra, que pune e ofende a mulher que não cumpre com os padrões associados à feminilidade. Assim, a misoginia se manifesta como uma trivialização da ausência da mulher na arena pública e no ataque ao comportamento tido como desviante ou dissonante. Trata-se de uma espécie de duplo vínculo, a partir do qual os agressores não apenas estabelecem uma relação de hierarquia e superioridade, colocando-se acima delas, como fortalecem vínculos com seus pares, em uma lógica de reconhecimento e pactuação horizontal (Segato, 2003; Valente, 2023).

De maneira geral, a literatura é consensual a respeito da interpretação segundo a qual a violência política de gênero implica não apenas em riscos à paz e à segurança das mulheres na arena pública, mas também um desafio à própria democracia (Bardall, Myers, 2018). Contudo, se, por um lado, florescem investigações sobre o fenômeno em sua forma abrangente, mais raros são os estudos que procuram aprofundar os desdobramentos desses atos violentos no ambiente online. Podem ser relacionados face a este escopo, particularmente no que tange à literatura latino-americana, alguns artigos publicados em periódicos científicos (Bertolin, Alves, 2023), livros e capítulos de livro (Valente, 2023; Sarmento; Sabbatini, 2024), relatórios públicos de pesquisa (AzMina, InternetLab, 2021; Sabbatini *et al.*, 2023) – ainda que, em grande parte desses estudos, as plataformas digitais sirvam apenas como meio para a prática da violência e não como objeto em si, capaz de exercer efeito sobre as motivações, formas e impactos dos ataques.

Afinal, como sustenta Valente (2023, p.16), "quando o digital entra em cena, é de se esperar que essas fronteiras sejam renegociadas". Nesse sentido, as diferentes manifestações da violência de gênero, incluindo a violência política, assumem

novas roupagens a partir das tecnologias digitais e da sua incorporação ao cotidiano (Sarmiento, 2021). E há também um corpo de estudos que tangenciam o tema e acrescentam à própria definição de violência política elementos importantes. É o caso, por exemplo, de investigações de perfil mais abrangente sobre a misoginia online (Valente, 2023; Ferreira, 2015; Jane, 2016a) ou sobre intolerância e violência online (Rossini, 2017). O campo se beneficia igualmente de agendas mais específicas, como as pesquisas que se dedicam a compreender a subnotificação dos casos de violência online (Valente, 2023), a trollagem generificada e o uso estratégico do humor para ofensas misóginas (Chagas, 2023a; Chagas, 2023b; Mantilla, 2013), a adoção de repertórios técnicos como *deepfakes* (Maddocks, 2020), o assédio online (Jhaver *et al.*, 2018; Sousa, 2021), a resposta do vigilantismo feminista no ambiente digital (Jane, 2016b) e o papel das plataformas digitais (Gould, Blotta, 2022).

Ainda que comportamentos considerados desrespeitosos sejam comuns em discussões online, não há espaço neste artigo para tratar dos efeitos que expressões de incivilidade podem ter sobre a qualidade dessas discussões ou sobre os níveis de participação política dos envolvidos. Por outro lado, é possível estabelecer um vínculo entre comportamentos que denotam incivilidade e discriminação de gênero (Rossini, 2017; Sobieraj, Berry, 2011). Assim, cabe o alerta de que a violência política de gênero em plataformas digitais frequentemente se apresenta de modo dissimulado, seja como uma conversa ríspida ou uma mera brincadeira.

O não reconhecimento da violência enquanto tal gera uma subnotificação dos ataques e ignora o *continuum* que existe entre o que ocorre nas plataformas digitais e fora delas. Este imbricamento é bastante nítido se observadas, por exemplo, como vítimas de exposição sexual não consentida em ambientes digitais podem sofrer com sintomas associados ao estresse pós-traumático (Bates, 2017); ou ainda como o aumento de agressões contra jornalistas mulheres pode impactar diretamente a atividade da imprensa (Gould, Blotta, 2022; InternetLab *et al.*, 2022).

No caso da violência política de gênero online, os danos da agressão podem ser potencializados, na medida em que atuam como "experiências compartilhadas", afetando mulheres que, coletivamente, partilham traumas e memórias similares (Garland *et al.*, 2015). O recado de desqualificação e não pertencimento se espalha de forma capilarizada, podendo envolver ações coordenadas, divulgação de informações sensíveis para intimidação e campanhas de assédio (Jhaver *et al.*, 2018).

Há, portanto, um problema de natureza ambivalente. De um lado, a violência política generificada assume uma feição mais escorregadia, muitas vezes incorporando a linguagem do humor para trivializar a violência (Bergmann, 1986), de outro, tais ofensas estão longe de exercerem um impacto meramente subjetivo e individualizado, potencializando um efeito pernicioso ao ambiente democrático em múltiplos níveis, impactando não apenas as vítimas, mas obstruindo a entrada de outras mulheres na carreira política (Sobieraj, 2020). Compreender esta ambivalência permite ao observador atentar para a necessidade de não menosprezar a violência política online ante outras manifestações violentas generificadas..

Metodologia

Este estudo está ancorado em duas abordagens metodológicas. A primeira resulta de uma análise quali-quantitativa, estruturada a partir de um *corpus* com menções a 79 deputadas federais e 12 senadoras da 56ª legislatura, em quatro diferentes plataformas – X/Twitter, Facebook, Instagram e YouTube. Os conteúdos foram coletados entre julho e dezembro de 2021 e consideraram mensagens que faziam menção direta ou indireta às parlamentares. Ao todo, o *corpus* soma mais de 4 milhões de publicações únicas, distribuídas da seguinte maneira: 3.536.091 posts no X/Twitter, 157.566 posts no Facebook, 70.589 posts no Instagram, e 319.481 comentários a vídeos no YouTube.

Para padronizar os procedimentos de análise, empreendeu-se uma estratificação para compor uma amostra segmentada. As amostras produzidas geraram um total de 1.536 publicações, distribuídas do seguinte modo: 385 posts no *X/Twitter*, 384 no *Facebook*, 383 no *Instagram* e 384 no *YouTube*. Todas foram geradas com 95% de confiança e 5% de margem de erro, e, então, foram analisadas qualitativamente por meio de análise de conteúdo, considerando 14 variáveis distintas.

Para a etapa de análise de conteúdo, duas codificadoras mulheres interpretaram as mensagens coletadas. A fim de garantir a confiabilidade neste procedimento, produziu-se aleatoriamente uma segunda amostra de 100 publicações de diferentes plataformas, correspondendo a cerca de 6% do *corpus* total analisado, que foi subsequentemente testada estatisticamente. Em 13 das 14 variáveis testadas, o *alpha* de Krippendorff foi superior a .8, e, na variável restante, foi superior a .785, o que sugere uma interpretação consistente entre as duas codificadoras.

Procura-se também discutir a influência do contexto de polarização política no incentivo a atos e discursos violentos. De toda forma, ainda que se trate de uma etapa condensada de agenda investigativa mais ampla, os instrumentos de análise para esta pesquisa estão disponíveis por meio da URL: <https://figshare.com/s/8430406ffe65678c6991>.

A segunda abordagem metodológica está centrada em técnicas de observação não participante (Matos, Ribeiro, 2022) nas redes de duas parlamentares mulheres, escolhidas considerando critérios político-ideológicos e sócio-identitários: Damares Alves, senadora pelo Republicanos (2023-2027), ex-ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Expoente do bolsonarismo, Damares é uma mulher cisgênero, branca, de 59 anos, que defende pautas relacionadas à religiosidade e à infância; e Erika Hilton, deputada federal pelo PSOL (2023-2027), a primeira vereadora transgênero da cidade de São Paulo. Com 30 anos, é negra, de esquerda e defende pautas da população LGBTQIA+.

Foram consideradas as publicações dessas parlamentares em suas contas no *X/Twitter*, *Facebook* e *Instagram*, excluindo-se, neste caso, o *YouTube* em função de ambas não possuírem canal específico ou não publicarem conteúdo de forma incipiente. A observação foi conduzida durante cerca de 10 dias, em setembro de 2023, tendo sido documentada em um caderno de campo composto por percepções, dúvidas e exemplos da violência. O campo foi empreendido diariamente, variando-se os horários e turnos do dia. O objetivo é verificar, mais a fundo, tópicos observados na primeira seção analítica.

O estudo se apoia na compreensão de que a violência política de gênero não é um fenômeno exclusivo de um período histórico específico. Por essa razão, analisar seus desdobramentos em duas legislaturas diferentes e com vítimas também distintas reforça a ideia de que é preciso considerar a questão de modo global.

O objetivo é compreender, em um primeiro momento, como esta violência opera online, englobando graus de ofensividade, retóricas mobilizadas, perfis das mulheres atacadas, dentre outras questões, e, em um segundo momento identificar os repertórios dessa violência online, mapeando estratégias discursivas e tecnológicas contra mulheres políticas que, da esquerda à direita, têm uma certa relevância no cenário nacional.

Contornos e roupagens da violência política de gênero online

O primeiro aspecto a se observar em relação aos dados quantitativos é a proporção de mensagens com teor ofensivo, aqui consideradas como manifestações que violam normas de respeito e podem ser interpretadas como tentativas de humilhar, desqualificar, estigmatizar, ridicularizar e/ou insultar o alvo. Tratam-se de manifestações que envolvem desde questionamentos sutis

sobre a sanidade e a moral do alvo até tentativas de sexualização, xingamentos, ameaças e mensagens de apologia ao nazismo.

Do total de 1.536 publicações analisadas por este estudo, cerca de 9% (N = 139) continham algum tipo de violência direcionada às parlamentares. O volume, que corrobora achados de estudos anteriores (AzMina, InternetLab, 2021), pode soar irrisório à primeira vista, mas cresce em relevância se considerada a proporção final: quase uma em cada dez mensagens direcionadas a deputadas federais e senadoras é agressiva ou ofensiva.

A incidência de publicações ofensivas apresenta um nítido protagonismo no *X/Twitter*. Enquanto nas outras plataformas os conteúdos ofensivos giram em torno de 3 a 4%, no *X/Twitter*, esse volume alcança 24,2% das mensagens presentes na amostra, indicando que o *X/Twitter* é a plataforma em que a violência política de gênero é mais marcante.

Em contrapartida, os dados de engajamento de cada uma das plataformas conduzem a observações distintas (Tabela 1). A diferença entre a média de métricas de engajamento em conteúdos de teor ofensivo e a de conteúdos de teor não-ofensivo foi utilizada para identificar em quais plataformas a violência política de gênero alcança maior visibilidade e mobiliza mais as audiências. Os dados dão conta de que somente no *Facebook* esta diferença é sempre positiva.

Tabela 1 – Métricas de engajamento por plataforma

Plataforma	Métricas de Engajamento	Ofensivo	Não-Ofensivo	Dif
X/Twitter	Retweet	0,22	0,17	0,05
	Reply	0,10	0,14	-0,04
	Like	1,38	1,79	-0,41
	Retweets com Comentários	0,00	0,02	-0,02
Facebook	Likes	407,65	298,22	109,43
	Comentários	94,88	40,48	54,4
	Compartilhamentos	211,12	76,45	134,67
	Likes	4.173,61	1.852,32	2.321,29
Instagram	Comentários	186,33	86,16	100,17
	Visualizações	1,28	1.321,59	-1.320,31
YouTube	Likes	0,00	4,28	-4,28

Fonte: Elaboração própria (2024).

A observação desta variável torna evidente como cada cultura de plataforma é capaz de refletir aspectos de radicalização da cena política nacional. A política de moderação de cada plataforma sobre conteúdos ofensivos, a regulação de algoritmos de recomendação e mesmo o comportamento dos usuários são alguns dos componentes desta equação.

Além da diferença entre as plataformas, o estudo procurou identificar o nível de ofensividade das mensagens. A violência política de gênero em plataformas digitais apresenta um predomínio de formas discursivas consideradas menos danosas, quando comparadas a manifestações como o discurso de ódio e a ameaça. Na amostra analisada, considerando apenas as mensagens ofensivas, o insulto (41%, N=57), a partir de expressões como “sua vagabunda” ou “que mulher nojenta”, a invalidação (26%, N=37), presente em frases como “a senhora está totalmente descontrolada”, e a crítica (24,5%, N=34), que também demarca um teor

ofensivo em expressões como “você é uma vergonha”, foram os principais tipos mapeados, representando juntos mais de 90% das ofensas. Se, por um lado, esse resultado pode estar associado à atuação moderadora das plataformas, por outro, ele sugere que os ataques mais substantivos ocorrem ou em canais privados ou em arenas que não a online.

Paralelamente, essas ofensas se manifestam por meio de diferentes retóricas, que seguem desde as provocações e contestações até o uso da violência verbal mais explícita. Levando-se em conta as mensagens ofensivas presentes na amostra analisada, a sátira (30,9%, N=43) foi o tipo predominante, de modo que as ofensas são revestidas de um tom jocoso. A conclusão a se tirar é que a violência política de gênero em plataformas digitais é revestida de um componente dissimulado e mais escorregadio. Na prática, os dados sinalizam limites mais evidentes à violência política generificada quando perpetrada no ambiente online.

Para avaliar a relação entre violência de gênero e a polarização política, procurou-se analisar as vítimas nominais dos ataques e sua respectiva filiação partidária-ideológica. Os dados atestam que a violência política de gênero em plataformas digitais não se direciona apenas a mulheres de um único espectro político. Na realidade, parlamentares mulheres de partidos de direita recebem mais menções em plataformas digitais e mais ofensas. Entretanto, quando se considera as menções ofensivas em relação ao total, há um predomínio de vítimas de partidos de esquerda.

Em termos proporcionais, as deputadas e senadoras de esquerda foram duas vezes mais atacadas que as de direita. Já as mulheres que ocupam um espaço ao centro do espectro político quase não foram alvo – indicando a existência de uma relação entre a violência política de gênero e a polarização política. Considerando-se os alvos nominais dos ataques, em termos absolutos, a deputada Carla Zambelli é a que sofre mais ofensas. Contudo, a deputada Talíria Petrone, a então deputada Profª Dayane Pimentel e a deputada Jandira Feghali foram, respectivamente, as parlamentares mais atacadas, em termos proporcionais – uma a cada três postagens direcionadas a estas mulheres continham algum grau de violência.

Estes nomes reforçam o teor ideológico dessa violência, na medida em que tais parlamentares, à época da coleta, estavam fortemente envolvidas em disputas sobre os acontecimentos da cena política. Talíria Petrone e Jandira Feghali, por exemplo, são defensoras de pautas progressistas, referentes aos direitos das mulheres e de pessoas negras, atuantes em partidos de esquerda e figuras constantes na oposição ao então Governo de Jair Bolsonaro. Já Dayane Pimentel ilustra outro aspecto deste fenômeno, na medida em que foi eleita em 2018 como uma forte aliada do bolsonarismo, mas, após discordar do então presidente em assuntos relacionados ao Covid-19, foi posta à margem por apoiadores de Bolsonaro e se tornou alvo de ataques.

Os dados sustentam que a violência política de gênero está associada à polarização política e, junto às ofensas, circulam também críticas e ataques a partidos, alianças e posicionamentos político-ideológicos assumidos por essas mulheres. Estes achados levam a um segundo esforço analítico, de compreender como alguns desses processos operam.

Os repertórios da violência política de gênero online

A análise seguinte se ancora em um estudo de caso comparativo, empreendido levando-se em consideração duas parlamentares mulheres da 57ª legislatura. Ambas as selecionadas, não obstante possuísem histórico prévio na política, uma como vereadora e a outra como ministra, foram eleitas para o Congresso Nacional pela primeira vez em 2022. Seus perfis foram escolhidos em função do modo como articulam aspectos de representatividade identitária e ideológica. Embora as comparações estabelecidas não possam evidenciar um contraste direto, haja vis-

to as posições distintas que ocupam, não apenas no espectro político-ideológico, mas no tabuleiro racial (uma negra e outra branca), na identidade de gênero (uma mulher trans e outra cis) e também nos cargos eletivos ocupados (uma deputada federal e a outra senadora), ainda assim elas ressaltam nuances importantes da violência política de gênero. O estudo de caso envolve, portanto, a observação não participante dos perfis de Erika Hilton (PSOL-SP) e Damares Alves (REPUBLICA-NOS-DF) no *X/Twitter*, *Facebook* e *Instagram*.

Nota-se, de início, que embora a violência seja frequentemente motivada por um contexto de radicalização e disputa político-ideológica, como os dados anteriormente apresentados parecem sustentar, este não é um repertório utilizado apenas pela direita ou pela esquerda. Há tanto agressores quanto vítimas em ambos os espectros ideológicos, o que só reforça a natureza generificada do fenômeno, na medida em que os ataques não são perpetrados fundamentalmente por se tratarem de parlamentares de partidos de esquerda ou de direita, mas por se tratarem, acima de tudo, de mulheres.

A observação não participante considerou as estratégias discursivas e técnicas, referentes à relação entre enunciado e plataforma. Aqui, parte-se do entendimento de que todo enunciado possui caráter dialógico, entrecruzando valores sociais que mobilizam sentidos, histórias e visões de mundo (Bakhtin, 1997). Com base nesta avaliação, foram mapeados os temas dos ataques, os estereótipos associados às vítimas e a mobilização de signos violentos em geral, sem esquecer o recorrente uso do humor como estratégia para obliterar o teor ofensivo de tais ataques.

Há uma clara diferença no caminho assumido pela violência contra as mulheres monitoradas, mas essa distinção se dá não pelo espectro político da vítima, mas em razão de sua raça e identidade de gênero. No caso de Damares Alves, a maior parte dos ataques tem origem na contrariedade para com as agendas assumidas pela senadora e ex-ministra, indicando uma indisposição ideológica entre agressores e vítima. O ataque se origina na negação às ideias da parlamentar, mas não necessariamente à sua existência, como nas ofensas direcionadas a Erika Hilton.

O foco principal dos ataques proferidos contra Damares é sua idade, por vezes, incorrendo em insultos também à sua condição mental, aspectos mobilizados para desqualificar suas ideias e posicionamentos. Apelidos depreciativos como "doidamares" e "gagá" são recorrentes. Em relação a Erika, em contrapartida, os ataques questionam ou negam sua identidade e se referem à sua identidade de gênero, ao seu corpo e à sua raça. Cabe destacar um fator de distinção adicional: no caso de Erika Hilton, a mobilização de sentimentos como o asco e o nojo foram muito mais comuns, o que não foi tão observado no caso de Damares Alves. Estes sentimentos foram identificados em expressões como: "Tenho nojo dessa pessoa" e "ser abjeto".

Para além dos temas, dos sentimentos e dos caminhos discursivos adotados pela violência política de gênero, há ainda o recorrente uso do humor. No período de observação deste estudo, o humor se manifestou, sobretudo, a partir do uso de apelidos que, embora depreciativos, foram acionados pretensamente a título de brincadeira, por meio do uso de expressões que, no ambiente online, sugerem o riso e se dispõem a amenizar a agressão.

Todas as manifestações do humor mapeadas acionam a chamada teoria da superioridade, estabelecendo uma relação na qual aquele que ri enxerga o objeto do riso como inferior (Moreall, 2009), na medida em que o "divertimento [...] emerge de sentimentos elevados de valor próprio após a difamação verbal de um alvo" (Perks, 2012, p. 20). No entanto, o modo como esta relação de superioridade foi mobilizada nos conteúdos variou.

Com Damares, foi recorrente o uso de apelidos que depreciam, humilham e ridicularizam. A esse respeito, os responsáveis por este tipo de violência discursiva são, sobretudo, perfis mais alinhados ao campo progressista e à esquerda, que

se colocam em oposição às ideias da senadora e acionam signos misóginos para demarcar esta distinção. Já no caso de Erika Hilton, há tanto enunciados com a evocação do riso para amenizar discursos violentos ("cara, você não é uma mulher kkkkk"), quanto enunciados que efetivamente se pretendem piadas ("tem pepino nessa salada").

Mesmo em graus diferentes, ambos os casos indicam como o humor é acionado para obliterar o teor violento de certos comentários, atenuando a agressividade e camuflando o ataque. Trata-se de uma estratégia, denominada por Chagas (2023a) de "retórica da brincadeira", utilizada para reforçar posições reacionárias. Nota-se que, no caso para o qual este estudo se volta, há um certo riso odioso que demarca uma reação ou retrocesso cultural direcionado à presença de mulheres na política. O fato de esta forma de humor ser aqui vislumbrada tanto entre perfis conservadores, quanto entre os mais progressistas, pode indicar que a aproximação entre mulheres e política é, em alguma medida e guardadas as proporções, tensionada e questionada por diferentes lados.

Indo além da dimensão discursiva, também foram mapeados alguns pontos referentes aos modos pelos quais a violência e seus perpetuadores se relacionam com as plataformas digitais. A começar pelos caminhos escolhidos para disseminar essa violência, é perceptível que a maioria dos ataques, tanto no *X/Twitter*, quanto no *Facebook* e no *Instagram*, é feita por meio de comentários nas publicações das mulheres monitoradas.

Não foram encontrados ataques realizados a partir do compartilhamento da publicação, o que pode indicar uma tentativa maior de direcionar a violência ao alvo em questão, ao invés de disseminá-la para a sua própria rede de amigos e seguidores. Tem-se aí uma estratégia dissimulada, cujo objetivo é manter a ofensa em certas circunscrições morais que lhe conferem um tom jocoso.

Em muitos casos, os comentários são o principal recurso para a manifestação dessa violência online, mas há, também, uma forma secundária de legitimação dos atos violentos, expressa pela reação a comentários anteriores. Por exemplo, no *Facebook*, reações como "amei" ou "haha" a uma mensagem agressiva corroboram a ofensa.

Outro aspecto digno de nota é que as ofensas geralmente acompanham a temporalidade de cada *feed* ou *timeline*. Assim, os ataques em comentários geralmente são deixados conforme os posts são publicados. Tão logo novos posts sejam identificados, as ofensas migram para a nova publicação. Este entendimento foi importante para se constatar que, no período mapeado, não houve campanhas orquestradas de depreciação ou linchamento digital às duas parlamentares. Na realidade, as ofensas se assemelham a um comportamento mais orgânico, o que ajuda a sustentar a tese de que a violência generificada ocupa um lugar estrutural na sociedade contemporânea.

Já em relação ao perfil dos usuários agressores, nota-se que, no *Facebook* e no *Instagram*, não há um cuidado para qualquer anonimização dos perfis. Os perpetuadores dos atos violentos utilizam perfis pessoais, muitas vezes com a própria fotografia, explicitando amizades, vínculos profissionais e outros dados privados. Muitos, inclusive, alternam o comportamento da ofensa com imagens afetuosas junto a familiares. A normalização dos ataques é resultado de uma autorização da misoginia junto à esfera pública. Some-se a isto a sensação de impunidade, propiciada, sobretudo, pelo ambiente digital e sua cultura de pouca responsabilização de ações violentas.

Ainda assim, os dados sugerem que esse desprezo às leis e às vítimas varia de acordo com a cultura de cada plataforma. No *X/Twitter*, por exemplo, embora haja usuários que se identificam sem nenhum receio, os agressores em sua maioria não apresentam informações pessoais. Em vez disso, interesses como o gosto musical, referências a filmes e séries ou a artistas, bem como expressões de apoio a determinados movimentos políticos, são marcadamente presentes.

Outros repertórios comuns de ataque dizem respeito a tentativas de falsear mecanismos censores das plataformas, como a substituição de caracteres alfanuméricos em termos considerados agressivos ("v4g4bund4"). Esse expediente já foi anteriormente identificado pela literatura (Mendonça *et al.*, 2021) e é adotado tanto por agressores do campo progressista, quanto por aqueles que estão mais próximos do campo conservador. A essa estratégia, vale dizer, se soma, mais uma vez, a adoção do humor como um recurso cuja intenção é camuflar uma ofensa, abrindo margem para dubiedades interpretativas que podem dificultar a aplicação de regras de moderação. Tais repertórios contribuem para que a violência política de gênero em plataformas digitais seja considerada um fenômeno de menor importância, quando, na verdade, legitima um imaginário excludente e cria uma série de obstáculos às mulheres em atividade no campo político ou àquelas que desejam ingressar na carreira.

Em última instância, a violência perpetrada contra mulheres na política por meio de plataformas digitais consolida uma atmosfera de medo que autoriza, inclusive, atos violentos para além dos discursos, como o assédio físico ou judicial. Ainda que não se compare a uma agressão física ou até mesmo a uma "apalpada" em plenário, é a difusão deste tipo de manifestação discursiva que consubstancia o cenário em que há permissividade para a ameaça e o ódio generalizados.

Considerações finais

Embora com variações, os repertórios acima mapeados exemplificam o quão esquivia é a violência política de gênero em plataformas digitais, contribuindo para a elucidação não apenas dos casos analisados, mas de debates mais amplos relacionados à participação de mulheres na política e à qualidade da nossa democracia. Para além dos obstáculos próprios ao reconhecimento da natureza generificada desse tipo de ataque, o caráter jocoso de mensagens difundidas por meio das plataformas digitais torna ainda mais complexo o reconhecimento de que a violência política de gênero é um fenômeno que deve ser combatido. Trata-se de uma forma de violência que pavimenta ataques cada vez mais danosos e, portanto, contribui para a ampliação de práticas discriminatórias e de reforço às estruturas de poder.

Foi possível identificar que há uma diferença substancial no nível de ofensividade da violência generificada no ambiente online e "fora" dele. Há uma certa leitura, contra a qual os autores desta pesquisa se opõem, de que as ofensas proferidas nas plataformas digitais são menos perniciosas já que se atêm a uma manifestação discursiva e com uso frequente de um tom satírico ou jocoso. Pelo contrário, são essas agressões jocosas que conferem sustentação a violências ainda mais danosas.

Além disso, a investigação apresentou algumas diferenças importantes na expressão dessa violência entre as diferentes culturas de plataforma. E procurou estabelecer um nexo entre a violência e a polarização política, ressaltando que atos violentos são perpetuados por agressores em ambos os espectros político-ideológicos, contra vítimas que igualmente perpassam espectros distintos.

Verificou-se que se destacam aspectos discursivos, relacionados ao enunciado e a tudo que ele evoca, mas também aspectos sociotécnicos, referentes ao modo como os agressores podem se apropriar das plataformas e suas *affordances*. Assim, a identidade da mulher em questão e o espectro político-partidário ao qual ela se afilia se demonstraram fatores relevantes, sobretudo nas estratégias discursivas observadas. Em comum, da direita à esquerda, há uma certa normalização desta forma de violência.

Em resumo, espera-se que este estudo seja capaz de contribuir para a agenda que procura ampliar a participação feminina na arena parlamentar e na vida política de forma geral. A ele, é importante que outras análises similares se sigam, no intuito de melhor apreender as nuances da violência política de gênero quando mediada por plataformas digitais.

Referências

AZMINA; INTERNETLAB. **MonitorA**: relatório sobre violência política online em páginas e perfis de candidatas(os) nas eleições municipais de 2020. São Paulo, 2021.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BARDALL, G.; BJARNEGÅRD, E.; PISCOPO, J. How is political violence gendered? Disentangling motives, forms, and impacts. **Political Studies**, v. 68, n. 4, p. 916-935, 2020.

BARDALL, G.; MYERS, E. **Violence against Women in Politics: A Barrier to Peace and Security**. US Civil Society Working Group, 2018. Disponível em: <https://www.usip.org/sites/default/files/11th-US-CSWG-May-16-2018-Policy-Brief.pdf> Acesso em: 13 mar. 2024.

BATES, S. Revenge porn and mental health: A qualitative analysis of the mental health effects of revenge porn on female survivors. **Feminist Criminology**, v. 12, n. 1, p. 22- 42, 2017.

BERGMANN, M. How many feminists does it take to make a joke? Sexist humor and what's wrong with it. **Hypatia**, v. 1, n. 1, p. 63-82, 1986.

BERTOLIN, P; ALVES, T. Violência, política de gênero e fake news. **Revista de Direitos e Garantias Fundamentais**, v. 24, n. 1, p. 59-80, 2023.

BIROLI, F. Political violence against women in Brazil: expressions and definitions. **Revista Direito e Práxis**, v.7, n. 15, p. 557-589, 2016.

CHAGAS, V. Dolce farmeme: a retórica da brincadeira política. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 38, 2023a.

CHAGAS, V. Por uma deontologia do humor: um exame sobre o riso inclusivo, ou que preceitos orientam um humor democrático? In: Ricardo Fabrino Mendonça; Rayza Sarmento. (Org.). **Crises da democracia e esfera pública**. 1ed. Belo Horizonte: EdUFMG, 2023b, v. 1, p. 163-186.

DEKESEREDY, W. Current controversies on defining nonlethal violence against women in intimate heterosexual relationships: Empirical implications. **Violence against women**, v. 6, n. 7, p. 728-746, 2000.

FERREIRA, C. Feminismos web: linhas de ação e maneiras de atuação no debate feminista contemporâneo. **Cadernos Pagu**, p. 199-228, 2015.

GARLAND, J.; CHAKRABORTI, N.; HARDY, S. 'It felt like a little war': Reflections on violence Against alternative subcultures. **Sociology**, v. 49, n. 6, p. 1065-1080, 2015.

GOULD, L.; BLOTTA, V. Desinformação e violência contra jornalistas como violências contra a comunicação: análise de casos entre 2021 e 2022 em São Paulo e no Brasil. **RuMoRes**, v. 16, n. 32, p. 17-38, 2022.

HÅKANSSON, S. Do women pay a higher price for power? Gender bias in political violence in Sweden. **The Journal of Politics**, v. 83, n. 2, p. 515-531, 2021.

INTERNETLAB; INCT.DD; INSTITUTO VERO; DFRLAB; AZMINA; VOLT DATA LAB. **Como operações de influência entre plataformas são usadas para atacar jornalistas e enfraquecer democracias?** São Paulo, 2022. Disponível em: https://internetlab.org.br/wp-content/uploads/2022/09/COMPLETO-Como-operacoes-de-influencia-entre-plataformas-sao-usadas-para-atacar-jornalistas-e-enfraquecer-democracias_4.pdf Acesso em: 13 mar. 2024.

JANE, E. **Misogyny online**: A short (and brutish) history. Sage. 2016a.

JANE, E. Online misogyny and feminist digilantism. **Continuum**, v. 30, n. 3, p. 284-297, 2016b.

JHAVER, S. *et al.* Online Harassment and Content Moderation: The Case of Blocklists. **ACM Transactions on Computer-Human Interaction**, v. 25, n. 2, 2018.

KROOK, M.; SANÍN, J.. Género y violencia política en América Latina: Conceptos, debates y soluciones. **Política y gobierno**, v. 23, n. 1, p. 127-162, 2016.

MADDOCKS, S. 'A Deepfake Porn Plot Intended to Silence Me': exploring continuities between pornographic and 'political' deep fakes. **Porn Studies**, v. 7, n. 4, p. 415-423, 2020.

MANNE, K. **Down girl**: The Logif of Misogyny. Londres: Penguin, 2019.

MANSBRIDGE, J.; SHAMES, S.. Toward a theory of backlash: Dynamic resistance and the central role of power. **Politics & Gender**, v. 4, n. 4, p. 623-634, 2008.

MANTILLA, K. Gendertrolling: Misogyny adapts to new media. **Feminist studies**, v. 39, n. 2, p. 563-570, 2013.

MATOS, M.; RIBEIRO, J.. Matrizes de Referências para Observações Não Participantes e para Registros de Diários de Campos em Processos Interacionais de Apresentação de Si na Plataforma Digital Instagram. **New Trends in Qualitative Research**, v. 14, 2022.

MCDERMOTT, R. The role of gender in political violence. **Current Opinion in Behavioral Sciences**, v. 34, p. 1-5, 2020.

MENDONÇA, R.; ABREU, M.; SARMENTO, R.. Repertórios discursivos e as disputas políticas contemporâneas. **Novos estudos CEBRAP**, v. 40, p. 33-54, 2021.

MORREALL, J. **Comic relief**: A comprehensive philosophy of humor. John Wiley & Sons, 2009.

MOUFFE, C. **Agonistics**: Thinking the world politically. Verso Books, 2013.

NORRIS, P.; INGLEHART, R. **Cultural backlash**: Trump, Brexit, and authoritarian populism. Cambridge University Press, 2019.

PATEMAN, C. **The sexual contract**. Stanford: Stanford University Press, 1988

PERKS, L. The ancient roots of humor theory. **International Journal of Humor Research**, v. 25, n. 2, p. 119-132, 2012.

PIAZZA, J. Populism and support for political violence in the United States: assessing the role of grievances, distrust of political institutions, social change threat, and political illiberalism. **Political research quarterly**, v. 77, n. 1, p. 152-166, 2024.

ROSSINI, P. **Conversação política, incivilidade e intolerância em ambientes digitais**. Tese (doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, 2017.

SABBATINI, L.; CHAGAS, V.; MIGUEL, V.; REZENDE, G.; DRAY, S. **Mapa da Violência Política de Gênero em Plataformas digitais**. Niterói: coLAB/UFF, 2023. 60 p. (Série DDoS Lab). doi:10.56465/ddoslab.2023.002.

SARMENTO, R. Ativismo Feminista Online: mapeando eixos de atuação. **Revista Sul-Americana de Ciência Política**, v. 7, n. 1, p. 19-37, 2021.

SARMENTO, R.; SABBATINI, L. Memes e violência política contra as mulheres: os casos de Dilma Rousseff, Manuela d'Ávila e Joice Hasselmann. *In*: CHAGAS, V. (org). **A cultura dos memes**. v2. EDUFBA. 2024

SEGATO, R. **Las estructuras elementales de la violencia**: ensayos sobre género entre la antropología, el psicoanálisis y los derechos humanos. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes Editorial, 2003

SILVA, J. **Violência política contra mulheres**: caso Joice Hasselmann e o bolsonarismo através da misoginia nas redes. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021.

SOUSA, J. Violência Online no Brasil: cenário e perspectivas. **Razón y Palabra**, v. 25, n. 111, 2021.

SOBIERAJ, S. **Credible threat**: Attacks against women online and the future of democracy. Oxford University Press, 2020.

SOBIERAJ, S.; BERRY, J. From Incivility to Outrage: Political Discourse in Blogs, Talk Radio, and Cable News. **Political Communication**, v. 28, n. 1, p. 19-41, 2011.

VALENTE, M. **Misoginia na Internet**: uma década de disputas por direitos. São Paulo: Fósforo, 2023.